

DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA DOS PAÍSES DO SUL NO FINAL DO SÉCULO XX

Adelino Torres

Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa

Nesta segunda metade da década de 90, os países do Sul¹ defrontam-se com a necessidade de mudanças radicais inadiáveis.

O ajustamento estrutural e a integração regional no Sul, o enquadramento dos fluxos de mercadorias e serviços pela nova Organização Mundial de Comércio (OMC) numa dimensão que envolve todo o planeta, as transições para a economia de mercado e o imperativo democrático que lhes dá um crescente sentido, a cooperação intercontinental - em especial entre a África e a Europa - e a impossibilidade actual de examinar as questões nacionais e do Estado sem a moldura internacional/global que em grande parte as determina, os debates em torno do desenvolvimento e do rumo dos países do Sul num mundo sem fronteiras, que arrasta inevitavelmente o dos países do Norte, eis alguns dos factores que caracterizam este final do século.

Este texto põe em relevo certos aspectos da questão teórica subjacente à discussão sobre o desenvolvimento, destacando elementos empíricos que caracterizam a situação dos países do Sul, nomeadamente africanos, e as perspectivas que se lhes deparam.

¹ O conceito de "Sul" é hoje talvez mais adequado às novas realidades do que o antigo termo de "Terceiro Mundo". Ver por exemplo, Sylvie Brunei. *Le Sud dans la nouvelle économie mondiale*, Paris, PUF, 1995.

No plano teórico, estes problemas inserem-se no amplo debate entre a antiga e a nova ortodoxia do desenvolvimento, debate que pode ser analisado a três níveis².

Do ponto de vista internacional, entre o *paradigma da introversão*, que vigorou dos anos 50 aos anos 70, e o *novo paradigma da extroversão* surgido a partir dos anos 80, segundo o qual o crescimento das nações depende da sua abertura ao exterior.

No contexto das políticas económicas internas, entre a *intervenção pública* (defendida pelo antigo paradigma) e a *total submissão aos mecanismos de mercado*, uma vez que, segundo a tese mais recente, a alocação de recursos só é otimizada num mercado concorrencial submetido ao mercado mundial.

Enfim, ao nível socio-económico, assiste-se à passagem de anteriores concepções que admitiam ser a *irracionalidade económica* um traço fundamental dos agentes económicos dos países do Sul, a uma nova ortodoxia que postula a *racionalidade* desses mesmo agentes ou, por outras palavras, que o desenvolvimento é tanto mais rápido quanto as suas incitações são socialmente compatíveis.

E nesse pano de fundo que se opõem, hoje, as duas concepções sobre o desenvolvimento dos países africanos e do Sul em geral.

E, todavia, necessário não ignorar que a nova ortodoxia, se procura responder com mais *"realismo"* do que a antiga aos problemas da actualidade, nem por isso deixa de assentar em hipóteses igualmente restrictivas. Por exemplo, a tese do "paradigma da extroversão", segundo a qual o desenvolvimento depende da abertura ao exterior, postula implicitamente que o alargamento do mercado permite aproximar-se da situação de *concorrência pura e perfeita*, único meio de otimizar o processo de desenvolvimento.

Este argumento (apresentado como um axioma) repousa, na realidade, em quatro hipóteses não demonstradas³, onde é suposto: **a)** que a concorrência perfeita é uma situação *óptima* para o desenvolvimento; **b)** que os preços do mercado mundial estão próximos dos preços de concorrência perfeita; **c)** que os preços das indústrias nascentes apenas têm necessidade de uma protecção de curta duração; **d)** que os custos de ajustamento de uma situação protegida para

² Gérard Grellet, "Pourquoi les PED ont-ils des rythmes de croissance aussi différents?". *Revue Tiers-Monde* (Paris), Janeiro-Março 1992.

³ Grellet 1992, *op. cit*

uma situação de economia aberta, submetida à concorrência internacional, são transitórios e fracos em relação aos resultados obtidos.

Uma das conclusões a extrair, é que o tipo de especialização não tem efeito no crescimento. Desde que um país se comprometa na via da especialização internacional, seria indiferente para o seu desenvolvimento produzir bananas ou computadores, amendoins ou aços especializados (G. Grellet).

A tese é contestável: não é invocando qualquer argumento de autoridade que este postulado se transformará em "*lei*" científica. A própria observação empírica põe-o em dúvida. Basta recordar que os sectores económicos não têm todos o mesmo efeito de arrastamento, nem a procura mundial cresce ao mesmo ritmo em todos eles.

Por consequência, a grave crise que o Sul, nomeadamente a África, atravessa não provem apenas da falta de inserção no comércio internacional, mas também do facto de os seus produtos serem cada vez menos procurados, devido, por exemplo, à generalização de novas tecnologias. Aliás não é apenas no plano da integração de dominante comercial ou primária que o continente africano tem vindo a falhar uma inserção equilibrada no sistema económico mundial. Como o demonstrou Ch. A. Michalet há uma década⁴ é igualmente nas dominantes industrial e financeira que tal integração continua a fracassar.

Por outro lado, se é exacto que a intervenção do Estado merece críticas justificadas pelas *distorções* que ocasionou no desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, do ponto de vista científico falta ainda definir e medir sem ambiguidades ou, pelo menos, sem excessiva incerteza, essas *distorções*.

Ao *nível teórico*, a questão de definição coloca-se porque os sistemas de equilíbrio geral a partir do qual são calculadas as situações supostamente *óptimas*, são afinal sistemas estáticos, não se vendo com que validade metodológica poderão testar as dinâmicas, por definição complexas e mutáveis do desenvolvimento.

Na *prática*, põe-se o problema de saber como medir essas *distorções*, pois dizer que os preços administrados induzem *distorções*, supõe conhecer os preços que existiriam num sistema "sem *distorção*", ou seja no sistema de concorrência pura e perfeita que lhe está implícito.

⁴ Ver Charles-Albert Michalet (1983), *Le Défi du Développement Indépendant - Les Conditions de Souveraineté Economique dans le Tiers-Monde*. Paris, Les Éditions Rochevignes.

Ademais, é conveniente notar que muitos autores empenhados na crítica da intervenção estatal, nem sempre fazem uma distinção epistemológica clara entre *Economia Política* e *Política Económica*, confusão que corre o perigo de conduzir a um enviezamento onde, de maneira perversa, a análise ideológica se sobrepõe - seja qual for a intenção desses investigadores - à cientificidade da argumentação...⁵ Do mesmo modo, o ataque cerrado a que têm sido submetidas as teorias do desenvolvimento e, mesmo, a própria "área do Desenvolvimento" em muitas universidades, assenta, por assim dizer no que alguém chamou uma cegueira epistemológica que confunde *Desenvolvimento* com as *Políticas Económicas* postas em prática em seu nome e sem um conhecimento empírico abrangente dos sistemas complexos onde essas políticas se vão exercer, como o demonstrou Polly Hill.

No caso africano, se constatamos a insuficiência ou o fracasso dos paradigmas "desenvolvimentistas" anteriores aos anos 80, por outro lado também não é certo que disponhamos actualmente dos instrumentos teóricos susceptíveis de oferecer soluções definitivas à crise do continente. Quer dizer que podemos, com razão, julgar das insuficiências da antiga ortodoxia, mas devemos igualmente submeter a um exame cauteloso os fundamentos teóricos da nova.

Evidentemente que, se pensarmos no estado em que se encontra a maioria das sociedades do Sul e no lugar que essas regiões ocupam na matriz das relações Norte-Sul, a mudança é urgente e inevitável. Mas esse reconhecimento não implica que confundamos as *hipóteses* (nível a que os analistas se deveriam colocar no estágio actual dos conhecimentos nesta matéria) com *teses* axiomáticas de capacidade explicativa limitada, pelo menos enquanto não forem esclarecidos os seus fundamentos lógicos e testada a sua capacidade em resistir aos testes de um mínimo de experiência empírica.

As duras transformações económicas a que os países do Sul em especial se deverão submeter, acrescentam-se as questões da economia institucional e da problemática da Governação cuja análise teórica⁶ merece actualmente especial atenção por parte de autores e de organismos públicos e privados internacionais.

No Sul a passagem de regimes de partido único para regimes multipartidários, como primeiro passo num processo de democratização, é um

⁵ Ver por exemplo Henri Bartoli (1991), *L'Économie Multidimensionnelle*, Paris, Económica.

⁶ Em Portugal destaca-se, entre as publicações mais recentes, o estudo de António Marques Bessa (1993). *Quem Governa? - Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, Lisboa.

problema nuclear que será certamente mais longo e difícil de concretizar satisfatoriamente, tanto mais que, contrariamente às vulgatas *historicistas*, se trata de um processo frágil, reversível a qualquer momento.

Desmoronado o modelo da "*transição para o socialismo*", é hoje uma evidência que não haverá condições para o desenvolvimento sem implantação de democracia, entendida aqui na acepção larga definida por R. Munck⁷. Mas esta não terá possibilidades de eclodir e de se consolidar se não forem feitas as reformas económicas e sociais indispensáveis, as quais passam, necessariamente, pelos chamados planos de "ajustamento estrutural", mas também por uma redefinição das relações internacionais nos quais deverá estar incluída uma reforma do FMI e do Banco Mundial. Se a transformação do GATT em OMC parece ser positiva, ela não vai ainda suficientemente longe, segundo muitos autores, na salvaguarda dos interesses dos países do Sul, tudo indicando ser talvez indispensável, pelo menos do ponto de vista humanista (não há que ter receio da palavra), retomar algumas das ideias de Keynes neste capítulo, como Hans W. Singer tem sublinhado com vigor nos últimos anos⁸.

Por outro lado, a resistência à mudança, que os poderes e privilégios instituídos sempre oferecem, e que a própria complexidade africana singularmente reforça em muitos aspectos, não significam que, contrariamente ao que alguns pensam, a *democracia* não seja possível em África por difícil que este processo se verifique. O conceito não é estranho às tradições africanas e não há razões históricas para pretender que ele é específico das sociedades industrializadas ocidentais. É óbvio que o conceito de democracia não deve ser aqui entendido como a simples

⁷ O fim do conflito Leste-Oeste veio tomar obsoleta a clivagem de ordem estratégica e político-militar que dava a muitos regimes do Sul (o caso de Cuba é paradigmático) um "espaço de manobra" que doravante lhes faltará (pelo menos nos moldes até agora conhecidos). A nova situação encerra, todavia, outras incógnitas cuja análise não cabe neste trabalho. Refere-se apenas, a título de exemplo, um facto novo nas relações externas da África do Sul: desde 1992 a colaboração entre os produtores mineiros da África do Sul e da CEI (ex-URSS) tem vindo a intensificar-se de uma maneira para muitos inesperada. Depois de uma primeira fase em que essas relações estiveram limitadas a troca de informações e de tecnologia, elas tomam actualmente a forma de cooperação industrial a grande escala. "Assim, a firma sul-africana *Impala Rustenburg Platinum Ltd* faz tratar uma parte da sua produção de platina em Norilsk, na Sibéria. No sector da produção de diamantes, a *De Beers* acaba de assinar um acordo de *joint-venture* para a instalação de uma fábrica de lapidação de diamantes em Yakoutsky, região donde provêm mais de 99,8 % da produção russa. A associação entre estes dois países outrora rivais, que asseguram a maior parte da produção mundial de metais preciosos, está a inquietar os produtores de outros países. Mesmo se os sul-africanos e os russos afirmam que a constituição de carteis não está na ordem do dia, a sua aliança, tanto em termos de produção como em termos de estratégia comercial, poderá efectivamente dar-lhes uma posição dominante nos mercados" (Cf. *Jeune Afrique Economie*, Novembro de 1992).

⁸ H. W. Singer and Sumit Roy (1993), *Economie Progress and Prospects in the Third World - Lessons of the Development Experience Since 1945*, Edward Elgar. Ver igualmente o discurso do Prof. Sir Hans W. Singer na cerimónia do seu *Doutoramento Honoris Causa* no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Lisboa, em Novembro de 1994.

transposição, mais ou menos mecanicista, das instituições e técnicas de funcionamento do sistema democrático ocidental⁹. A democracia é antes de mais "a soberania partilhada - partilhada com a nação e não entre parentes e cúmplices" (Max L. Goumaz), o que só é possível quando a sociedade civil dispõe de meios para decidir sobre as alternâncias, e não quando o poder é confiscado por autocratas, seja qual for a etiqueta política que ostentem¹⁰.

Nos últimos 20 anos é possível distinguir vários modelos no perturbado processo de transição democrática em África, como nota oportunamente Elikia MBokolo.

O primeiro, experimentado desde os anos 70 consistiu em "*liberalizar*" os partidos únicos sem pôr em causa o princípio do partido-Estado e a natureza patrimonial dos regimes. As ambiguidades evidentes do processo conduziram ao seu fracasso.

Um outro modelo consistiu num multipartidarismo decretado de cima para baixo e controlado pela equipa dirigente. De um modo geral a situação melhorou embora ainda seja prematuro tirar conclusões firmes. Nalguns casos, porém, os resultados chegaram a ser surpreendentes (Chile, Cabo Verde, Zâmbia e, mais recentemente, África do Sul), deixando antever melhores perspectivas para o continente africano e para o Sul em geral¹¹.

Por seu turno o fenómeno da "*Conferência Nacional*" oferece um método relativamente original de transição gradual para a democracia. Todavia, embora esta orientação pareça mais conforme a uma necessidade de aprofundamento do debate que a crise económica, social e moral africana impõe, ela mostra-se - pelo menos do ponto de vista das instituições internacionais - como uma solução demasiado lenta face à urgência das reformas económicas e financeiras. O abandono pelo FMI das negociações com o governo do Congo, reflecte precisamente essa divergência na interpretação das prioridades.

Para alguns autores este último método é mesmo uma necessidade imperativa e constitui a única resposta adequada às condições e história africanas,

⁹ V. por exemplo Ronaldo Munck (1994), "Democracy and Development - Deconstruction and Debates" in Leslie Sklair (Ed. by), *Capitalism & Development*, London, Routledge, pp. 21-39.

¹⁰ Há poucos anos, um perito americano do Banco Mundial publicou um livro com um título evocador: *Tropical Bandits...* A revista *Jeune Afrique Economie*, a propósito dos abusos de certos governos africanos, com a cumplicidade de alguns países do Norte, fala mesmo dos "*processos de Nuremberga que não serão nunca realizados*" (JAE, Nov. 1992).

¹¹ V. por exemplo "Dossier: Centrafrique: les défis de la démocratie" in *Jeune Afrique* (Supplément à *Jeune Afrique* n° 1764/1765, 9 novembre 1994).

dado que, segundo MBokolo, "as pretensas reformas concebidas pelo FMI e o Banco Mundial não resolveram nenhum dos problemas do desenvolvimento do continente, uma vez que a sua lógica é a de absorver os desequilíbrios externos das economias africanas. Em contrapartida, os seus efeitos sociais foram dramáticos para a maioria dos países"¹².

A transposição pura e simples de quadros de referência ou modelos ocidentais para os países africanos, não tem oferecido respostas adequadas a uma realidade multiforme. As análises críticas feitas, entre outros autores, por Polly Hill mostram bem que os resultados obtidos por teorias demasiadas vezes divorciadas da análise empírica, deveriam incitar os seus defensores a mais comedimento. É claro que devemos acautelar-nos com os determinismos que espreitam igualmente os pragmatismos economicistas, porque a dinâmica do desenvolvimento é essencialmente estocástica e não há razões para pensar que as "leis" económicas possuam um carácter de "certeza" muito maior do que nas outras ciências sociais¹³. Por exemplo, é usual que nas teorias económicas as diferentes concepções do tempo dos agentes económicos sejam reduzidas à análise da taxa de actualização e a arbitragens intemporais. A taxa de actualização permite a uma série infinita mas decrescente de utilidades futuras equalizar a série de utilidades presentes sacrificadas. Deste modo, as escolhas económicas supõem que a soma dos custos actualizados seja inferior à soma dos rendimentos actualizados. Ora nos países em desenvolvimento, especialmente africanos, os custos imediatos são elevados, os rendimentos incertos e a depreciação do futuro importante. Ao mesmo tempo, os agentes dos países pobres têm comportamentos que, em termos económicos, engendram efeitos que, de um determinado ponto de vista, podem ser perversos: a preferência pelo imediato leva-os a consumir em vez de poupar; a preferência pelo longo prazo fá-los investir mais na fecundidade demográfica do que na produção¹⁴.

Resumindo, ao estudar os problemas do desenvolvimento - no Sul ou no Norte - trata-se menos de procurar na economia o sentido da *totalidade social*, do que procurar na *totalidade social* o sentido do que é a economia...

¹² Cf. Elikia M'Bokolo, "Promesses et incertitudes". *Le Courrier de l'UNESCO*, Paris, Nov. 1992.

¹³ V. Philippe Hugon (1991), "L'économie du développement, le temps et l'histoire". *Revue Economique* (Paris), XLII, 2, mars.

¹⁴ Cf. Hugon, *op. cit.*

Nenhum governo poderá evitar que as reformas imponham sacrifícios às populações. No entanto uma maior abertura política e a tomada em consideração de vários aspectos sociais pode oferecer alguns meios de melhor suportar essa austeridade.

É de crer, portanto, que os conflitos resultantes das tensões geradas pelas dificuldades económicas, devem ser geridos e compensados pelas complementaridades potencialmente existentes entre as reformas políticas (maior liberdade e participação da sociedade civil) e as reformas económicas e sociais que as deverão acompanhar, mesmo se os resultados destas últimas só forem conseguidos a médio prazo. Se se pretende a paz social, as primeiras são uma condição *sine qua non* das segundas.

Os *Planos de Ajustamento Estrutural* (PAE) designam o conjunto de políticas de desenvolvimento que procuram reestruturar a economia do lado da "oferta", devendo ser distinguidos da *estabilização*, a qual se esforça por controlar o lado da "procura" e igualmente das políticas de oferta a longo prazo, como as políticas de investimento sectorial ou de investigação. A complexidade do ajustamento estrutural resulta igualmente dele ter simultaneamente três objectivos económicos distintos (ainda que interdependentes): a estabilidade, o crescimento e o desenvolvimento¹⁵. É sabido que se é necessária uma política monetária restritiva para combater a inflação, esta reduz também a capacidade de investimento interno; as desvalorizações são frequentemente indispensáveis, perante taxas de câmbio sobrevalorizadas e que diminuem a competitividade das exportações, mas, ao mesmo tempo, contribuem para agravar ainda mais a inflação interna; etc.

O "ajustamento estrutural" continua a suscitar bastantes divergências, mesmo entre aqueles que admitem a sua necessidade. Basta recordar a posição dos estruturalistas latinoamericanos dos anos 80 que preconizavam uma maior intervenção do Estado, enquanto que outros, como o Banco Mundial, recomendam, pelo contrário, uma maior desintervenção¹⁶.

Duas conclusões podem aparentemente ser tiradas das experiências de ajustamento estrutural (visto como um todo) levadas a cabo em países do Sul.

¹⁵ Vd. I. Husain and R. Faruquee (Ed. By) (1994), *Adjustment in Africa – Lessons from Country Case Studies*, Washington, The World Bank.

¹⁶ Vd. Paul Mosley, in Jean-Marc Fontaine (1992), *Réformes du Commerce Extérieur et Politiques de Développement*. Paris, PUF.

Admitindo-se que os resultados da sua aplicação podem ser considerados como estatisticamente significativos, e que alguns dos seus elementos são efectivamente essenciais, como é o caso das políticas de taxas de câmbio e de racionalização dos investimentos, existem outros elementos de características mais discutíveis, nomeadamente no que concerne a privatização da economia e a liberalização do comércio exterior, de que falaremos mais adiante.

Por outro lado, a eficácia que se pode esperar do ajustamento estrutural, está dependente de um conjunto de variáveis intermédias, umas ligadas ao "comportamento económico e político da nação (importância e tolerância política da compressão dos salários reais, reacção do sector privado à liberalização, grau de coesão política entre os exportadores) e outras, ao entrosamento entre o ajustamento estrutural e o sucesso das políticas de estabilização e de desenvolvimento a longo prazo"¹⁷.

No contexto de mundialização e de relativa interdependência das economias, o processo de desenvolvimento em África é dificilmente concebível sem uma ajuda substancial dos países industrializados, nomeadamente da Europa, dos USA e, eventualmente, do Japão (capitais, *know-how*, tecnologia, formação de recursos humanos, etc).

Dito de outro modo, não haverá desenvolvimento sem cooperação internacional, quanto mais não seja porque nenhum país pode escolher entre adaptar-se ou não se adaptar aos choques externos: pode, quando muito, escolher a maneira de o fazer. Nos nossos dias a interligação (ou "interdependência") é tal, que, para compreender a evolução dos países do Sul é necessário compreender previamente as leis da evolução da economia mundial (G. Grellet)...

Esta situação impõe algumas responsabilidades aos países desenvolvidos, mas justifica igualmente uma tomada de consciência realista dos países africanos.

E certo que as dificuldades que a Europa está a atravessar neste momento, de que a polémica em torno do Tratado de Maastricht e da União Monetária são exemplos, podem condicionar gravemente a ajuda internacional à África. Esta circunstância reforça a necessidade dos países africanos efectuarem as reformas internas e regionais mais urgentes, pelo menos aquelas que estão ao seu alcance imediato.

¹⁷ Vd. Mosley, op. cit., pp. 39-40.

Situa-se também neste âmbito a integração dos espaços regionais, sem a qual as economias africanas dispendo de mercados internos excessivamente estreitos e de produções concorrenciais umas com as outras (e não complementares) não poderão consolidar as bases do seu próprio desenvolvimento.

Nos últimos 20 anos criaram-se várias "*comunidades económicas*": na África ocidental a CEDEAO-Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (que reúne países francófonos, anglófonos e lusófonos), a qual inclui a comunidade dos países exclusivamente francófonos (CEAO). Na África Central, a CEEAC-Comunidade Económica dos Estados da África Central e, na África Austral, a SADC (antiga SADCC).

Contudo, o processo de integração regional pouco tem avançado, o que é tanto mais grave que, na maioria dos casos, não se vê claramente como é que o ajustamento estrutural poderá obter resultados significativos e duradouros se a vertente das relações Sul-Sul não se consolidar ao mesmo tempo¹⁸.

Actualmente a integração regional continua incipiente. Por exemplo as trocas inter-africanas não ultrapassam 8 por cento do comércio externo dos países, quando essa percentagem era até à pouco tempo de 17 por cento na América Latina e de 20 por cento na Ásia. Continua a faltar uma harmonização do Direito Comercial e os regimes fiscais dificultam as transacções entre os países de toda a Zona Franco, ao mesmo tempo que às barreiras alfandegárias das fronteiras dos Estados se acrescentam os "rackets" policiais ao longo das estradas, em improvisadas rusgas de controlo, agravando ainda mais os preços dos produtos¹⁹.

As causas são conhecidas: não complementaridade das economias; inadequação das infraestruturas; obstáculos tarifários e não tarifários; lentidão dos procedimentos administrativos; falta de informação comercial, diferenças de comportamento dos Estados membros em políticas de direitos aduaneiros e licenças de importação, concursos internacionais, controlo de preços, especificação

¹⁸ Há cerca de 3 anos, os seis governos dos Estados membros da UDEAC-Union Douanière des États de l'Afrique Central (Camarões, Rep. Centro-Africana, Congo, Gabão, Guiné-Equatorial e Chade) assinaram um projecto de reforma fiscal e alfandegária, o qual deveria entrar em vigor em Abril de 1992. Esse projecto encontrou imediatamente uma violenta oposição da Confederação Patronal Gabonesa (CPG) que advogou que ele punha em perigo a frágil indústria do seu país, na medida em que se a harmonização fiscal baixava a taxa média de tributação, agravava, ao mesmo tempo, os impostos de certos produtos ou tomava mais pesada a carga fiscal nalguns ramos da indústria. A oposição do *lobbying* da CPG obrigou à suspensão da lei e à sua revisão. A UDEAC vai agora ser progressivamente substituída pela CEMAC-Communauté Économique et Monétaire de l'Afrique, criada pelo tratado assinado em NDjaména em Março de 1994.

¹⁹ Cf. *Jeune Afrique Économie* (Paris), n° 187, 2/1/1995.

de etiquetagem de produtos, controlo de qualidade; manutenção de comércio fronteiriço ilegal e não contabilizado pelas estatísticas oficiais; produção industrial insuficiente e frequentemente similar de país para país, etc.

Estão integrados na Zona Franco 14 países (7 da ex-UMOA, agora UEMOA) 6 do BEAC e as Comores)²⁰.

A Zona Franco pode ser considerada um *sistema monetário franco-africano* cujos resultados são positivos. E certo que a Zona Franco tem um conteúdo fortemente político e que as dificuldades dos últimos anos levaram à desvalorização do franco CFA em 50 % em 12 de Janeiro de 1994. Também é verdade que a integração económica e monetária da Comunidade Europeia, de que a França faz parte, põe à primeira vista problemas para os países africanos da Zona Franco.

O Tratado de Maastricht não contempla nenhuma disposição em relação à zona Franco, o que indica que a sua existência não é considerada um obstáculo aos projectos de união europeia.

Por outro lado, a restrição segundo a qual os bancos centrais nacionais europeus não poderão financiar os défices do Estado, não tem qualquer efeito sobre a Zona Franco na medida em que as chamadas Contas de Operações estão abertas no Tesouro francês que converte os francos CFA em francos franceses.

O Tesouro poderá assim continuar a fornecer aos bancos centrais africanos os ÉCUS que entretanto serão a moeda legal na Europa. Ou seja, como observa Michel Lelart, será o orçamento do Estado que, com os impostos pagos pelos contribuintes, financiará as necessidades da Zona²¹. "A passagem à moeda única é pois compatível com as regras institucionais da zona franco" (Lelart). A este propósito pode ainda observar-se:

1) Contrariamente ao processo europeu que, como tudo leva a crer, passará da união económica à união monetária, a evolução africana (pelo menos dos 14 países já incluídos na zona) tende a seguir um caminho inverso, da união monetária à união económica;

2) É legítimo pensar que o exemplo da zona franco possa ser extensível a todo o continente, alargamento sustentado por uma *Conta de Operações* da

²⁰ UMOA-Union Monétaire Ouest-Africaine; UEMOA-Union Économique et Monétaire Ouest-Africaine, criada em 10 de Janeiro de 1994; BEAC-Banque des États de l'Afrique Centrale.

²¹ Michel Lelart (1994), *La construction monétaire européenne*, Paris, Dunod, p. 200.

Comunidade Europeia (e não apenas da França), o que, tecnicamente, é compatível com o rigor monetário definido por Maastricht.

Sendo assim, existem pelo menos condições potenciais para avançar na via de uma integração "euro-africana" como alguns advogam já na Europa, sem que isso pareça irrealista embora possa ser prematuro. Resta saber no entanto se essa via favorecerá decisivamente a integração regional (no plano económico e político) do continente africano.

Ainda no âmbito das políticas de ajustamento, é conveniente esclarecer os argumentos em favor das privatizações e da liberalização do comércio externo.

Quanto à "privatização" das empresas, o próprio Banco Mundial reconhece que o factor-chave que determina a eficiência de uma empresa não é o facto de ser pública ou privada, mas a maneira como é gerida²².

Aliás o movimento de privatizações tem sido de algum modo exagerado²³. É assim que, apesar de muito se falar dessa inevitabilidade, as privatizações nas economias em desenvolvimento têm sido, apesar de tudo, em número relativamente limitado. Elas encontram mesmo inúmeros obstáculos que não dependem apenas dos governos.

Tomemos como exemplo um dos Estados mais estáveis da África ocidental, o Senegal, quando este abriu, nos últimos anos, o *dossier* das privatizações de empresas do sector público. Numa primeira fase, os investimentos estrangeiros manifestaram grande interesse em retomar várias empresas estatais, não só porque o Senegal é um país politicamente estável como também estrategicamente importante. Mas esses investidores acabaram por mudar de ideias quando tomaram conhecimento do "*chiffre d'affaires*" das empresas privatizáveis e, sobretudo, se aperceberam da estreiteza do mercado interno. A maioria dos empresários estrangeiros só estava decidida a comprar essas empresas com a condição de herdar igualmente a situação de monopólio de que usufruía o Estado no sector que lhes interessava²⁴. Os investidores estrangeiros não deixavam de ter alguma razão do seu ponto de vista, considerando que, de facto, muitas dessas empresas só seriam viáveis se não tivessem que defrontar a concorrência doutras empresas do mesmo ramo que porventura se viessem a instalar no país ou, pelo

²² Cf. World Bank, *World Bank Report 1983*, Washington. Ver igualmente: Paul Cook and C. Kirkpatrick (1988), *Privatisation in Less Developed Countries*, London, Harvester Wheatsheaf, p. 19

²³ P. Cook e C. Kirkpatrick. op. cit., p. 31

²⁴ Revista *Jeune Afrique Économie* (Paris), Outubro 1992; e *Jeune Afrique Économie*, n° 187, 2/1/1995.

menos, se pudessem exercer livremente a sua actividade num espaço regional mais alargado, o que supunha o funcionamento pleno da *CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental*, na verdade ainda em fase incipiente apesar de ter sido criada há 20 anos...

Segundo um estudo do Banco Mundial de 1986, nos anos 80 apenas 15 países em desenvolvimento (com exclusão da China e do Bangladesh) tinham vendido total ou parcialmente empresas públicas, e esse universo abrangia tão somente pouco mais de uma centena de firmas²⁵. Num estudo posterior, elaborado por O. Bouin e Ch. A. Michalet, com base numa amostra de 10 países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina, o movimento de privatização até 1990 compreendia pouco mais de 200 operações²⁶.

Um outro factor directamente ligado à privatização das empresas e, por via de consequência, à integração regional, é a questão dos recursos humanos, nomeadamente a formação de empresários africanos capazes de assumir a direcção de empresas privatizadas ou a criar. Este elemento é decisivo mas, estranhamente, não tem constituído um objectivo prioritário da maioria das políticas governamentais africanas.

Sobre este ponto, são conhecidos diversos estudos mostrando que existe uma relação directa entre o nível de instrução/formação e a produtividade, cujas implicações são claras para os países do Sul. Com efeito, se a África quer explorar a sua pretendida "vantagem comparativa" decorrente da abundância de matérias-primas e de força de trabalho disponível²⁷, a fim de assegurar uma melhor inserção no comércio mundial, não pode, desde logo, perder de vista que a capacidade de competição nos mercados internacionais de produtos manufacturados é definida, antes de mais, em termos de *qualidade* (e até de *design*) e não apenas em termos de *preços*²⁸.

Isto leva-nos à questão da ciência e da tecnologia, factores-chave do desenvolvimento africano - onde o elemento *recursos humanos* é preponderante - mas que têm sido negligenciados ou subordinados à visão daqueles cujas referências cognitivas se limitam ao quadro de uma 2ª revolução industrial,

²⁵ Ibid., p. 28.

²⁶ Cf. O. Bouin et Ch. A. Michalet (1991), *Le Rééquilibrage entre Secteurs Public et Privé: l'Expérience des Pays en Développement*. Paris, OCDE, p. 121.

²⁷ Essa "disponibilidade" esconde todavia a insuficiente qualificação da mão-de-obra e a fraca produtividade daí decorrente, o que torna a mão-de-obra africana duas vezes mais cara do que a asiática.

²⁸ Ver Alexandre Pio (Edición de) (1992), *Ajuste Economico y Desarrollo Social: complementariedad o Conflicto?*, Milão, EGEA.

descurando sistematicamente a vertente (vital para o Sul) da 3ª revolução industrial já dominante. Como diz Pierre PAPON, a lógica do conhecimento científico e da tecnologia estão hoje demasiado intimamente ligadas para que as possamos separar. O "Terceiro Mundo" não escapa a este duplo imperativo de um desenvolvimento da investigação científica e da tecnologia. Recusar esta visão das coisas é retardar a sua entrada na "modernidade". Para certos países que não têm nenhuma tradição científica (é largamente o caso da África), a sua marginalização completa em relação à empresa científica condena-los-ia a manter as marcas profundas do subdesenvolvimento, limitando a sua capacidade de dominar as técnicas modernas. A investigação científica é um meio de aceder a conhecimentos aplicáveis e à linguagem da ciência que é universal. A ciência traz necessariamente com ela uma visão da tecnologia moderna, cujos fundamentos e métodos se baseiam em conceitos científicos. Para os países do Terceiro Mundo, a ciência e a tecnologia são necessariamente parte integrante duma política de desenvolvimento²⁹.

Apesar disso, a participação dos países do Sul na produção de conhecimentos científicos e técnicos é extremamente minoritária. Segundo estatísticas da UNESCO as despesas para Investigação e Desenvolvimento (I&D) da América Latina representavam 1,4 % da despesa mundial em 1980, as dos países árabes 0,5 % e da África cerca de 0,3 %.

A afirmação da necessidade de liberalização do comércio externo dos países menos desenvolvidos, continua a ser pouco seguida na prática, o que é compreensível. De facto, se tivermos em conta a fragilidade actual das economias africanas, mesmo admitindo que deverá ser nessa direcção que essas economias se deverão orientar, a médio e longo prazos, parece difícil consegui-lo nas circunstâncias presentes, seja qual forem os voluntarismos postos em prática...

A liberalização - no sentido de um neo-liberalismo extremado - não pode, portanto, ser um objectivo exclusivo. O que aconteceria a muitos países africanos se se expuzessem, sem qualquer protecção, às importações de produtos alimentares aos preços deprimidos do mercado mundial? E evidente que a lei ricardiana da *vantagem comparativa* não dá resposta concreta a uma tal questão... Devido à rigidez e pouca diversificação da oferta dos países africanos, de imediato assistir-se-ia apenas ao agravamento acelerado da dívida externa. Uma vez mais,

²⁹ Pierre Papon (1989), *Les Logiques du Futur*, Paris, Aubier, pp. 166-167.

tudo indica o quanto seria útil retomar algumas das propostas de Keynes nesta matéria, sistematicamente ignoradas que foram desde os acordos de Bretton Woods, como assinalou Hans W. Singer nos trabalhos anteriormente citados.

O que está em causa não são verdadeiramente os Programas de Ajustamento Estrutural de *per si*, cuja necessidade é hoje reconhecida, mas sim visões "economicistas" redutoras onde a progressividade da transição e a articulação sistémica entre os instrumentos económicos e os factores extra-económicos são demasiadas vezes ignoradas. Daí os custos sociais frequentemente inaceitáveis impostos às populações em nome da eficácia e do fim das utopias. Como se as pretendidas "racionalidades" não fossem igualmente novas formas de utopia.

E verdade que nos últimos anos o problema da "dimensão social" tem vindo a ocupar um lugar crescente nas preocupações das instituições internacionais (Banco Mundial, PNUD, e até FMI), mas essa preocupação é muito insuficiente, como ficou demonstrado na conferência comemorativa do 50º aniversário das instituições de Bretton Woods em Madrid, em Setembro de 1994... Não se nega a importância do ajustamento (podemos admitir que, sem ele, os custos sociais seriam, a prazo, ainda mais elevados). Apenas se equacionam os termos da sua aplicação inscrevendo-os num todo societal mais abrangente.

Tanto mais que esses "custos" não são fenómenos passageiros. Um brutal ajustamento não poderá modificar a repartição dos rendimentos no sentido de uma maior justiça social. E o caso das desvalorizações que afectam as camadas urbanas de fracos rendimentos, e que privilegiam, ao mesmo tempo, as minorias detentoras de activos reais ou de divisas³⁰.

E, pois, indispensável integrar o objectivo de *equidade* na concepção dos Programas de Ajustamento, a fim de que as reformas sejam suportáveis para os mais pobres, quer dizer, a imensa maioria das populações africanas, latino-americanas ou asiáticas. Como tantas vezes Francisco Pereira de Moura pôs em relevo na sua obra, o económico é indissociável do social e do político.

Por essa razão é possível admitir que os conflitos que, eventualmente, se geram entre os programas de ajustamento e os processo de democratização, são na realidade menores do que as complementaridades reais ou potenciais

³⁰ Ver algumas das contribuições em: Manuela Silva et alii (1994), *Aspectos Sociais e Éticos da Economia*, Lisboa, Comissão Nacional Paz e Justiça.

susceptíveis de serem desenvolvidas, desde que as teorias não percam de vista, na sua aplicação, os conteúdos empíricos que lhes dão validade.

As relações entre a África e a Europa chegaram hoje a um ponto de viragem. O balanço que é possível fazer das últimas décadas contrasta, como já vimos, com o optimismo dos anos 60, quando as independências africanas anunciavam uma nova era de desenvolvimento económico e social para o continente.

As dificuldades são enormes. Alguns analistas interrogam-se mesmo, porventura com algum pessimismo, não apenas sobre o futuro e tipo de relacionamento entre a Europa e a África mas sobre a própria viabilidade económica e política das nações africanas. Há no entanto elementos favoráveis que é necessário ter em conta e a que nos referiremos mais adiante.

A mundialização da economia e o que pode ser chamado, no dizer de M. Béaud, "*sistema mundial hierarquizado*", traduz uma gradação de poderes e vectores que definem multipolaridades económicas, tecnológicas, políticas e militares. Essa "mundialização" (movimento de abertura) das economias insere-se na "globalização" (movimento de integração mais abrangente)³¹. Se esse duplo processo encerra desafios estimulantes para a própria análise económica, são no entanto visíveis os desequilíbrios entre o Norte e o Sul que exigem respostas no plano de uma efectiva cooperação mundial (essa necessidade é já manifesta relativamente aos problemas do ambiente)³².

O continente africano só poderá desempenhar algum papel nesse âmbito se for capaz de encontrar caminhos através da valorização da iniciativa individual e da racionalização dos mercados nacionais e regionais; de apostar nas estratégias de exportação; de consolidar a vertente das novas tecnologias da terceira revolução industrial; de efectuar uma verdadeira integração regional, e de desenvolver uma cooperação sustentada com a Comunidade Europeia.

Se isso não acontecer com rapidez, o século XXI poderá ser, para todo o continente, um século de retrocesso.

Quais são então as perspectivas de cooperação euro-africana, tendo em conta as novas condições criadas pelas rupturas que, nos últimos anos, caracterizam o antigo "bloco socialista" do leste europeu? Interrogação ligada a

³¹ V. Gérard Kébadjian (1994), *L'Économie Mondiale - Enjeux nouveaux, nouvelles théories*, Paris, Seuil; P. Viotti and M. Kauppi (1993), *International Relations Theory - Realism, Pluralism, Globalism*. New York, Macmillan, 2nd ed.

³² V. Al Gore (1993), *Earth in the Balance*, trad. Port. A Terra à procura de equilíbrio – Ecologia e espírito humano, Lisboa, Presença.

muitas outras: a Convenção de Lomé, estará adequada aos novos desafios que se colocam, já depois da desvalorização do franco CFA e da efectiva entrada em vigor da união monetária europeia?; a CE manterá os laços de cooperação e ajuda com África, estreitando-os mesmo, como parece viável, ou voltar-se-á decididamente para a construção de uma Europa alargada, incluindo agora os antigos países socialistas do Leste e subalternizando os seus compromissos com a África?; não haverá o risco de o conceito de "Europa Fortaleza" assumir formas eventualmente perversas (os acordos de Schengen não estão ao abrigo de certos abusos, como já se verificou) apesar do alargamento a 15 e do previsível aumento do número de estados integrados na União Europeia?; que resposta dar às críticas de determinadas correntes da teoria económica, segundo as quais a "ajuda" aos países do Sul, nomeadamente da África, longe de gerar racionalidades favoráveis ao desenvolvimento, tem contribuído apenas para criar um campo de actividade distorcido, a chamada *economia da ajuda*, quer dizer "um conjunto de relações entre variáveis macroeconómicas constituindo um sistema que tende a ficar desligado da 'economia da produção' e a viver sobre si próprio, a se auto-alimentar por assim dizer"³³

Por outras palavras, a referida *economia da ajuda* não passaria afinal de um "circulo vicioso" onde os fluxos financeiros provocam, antes de mais, endividamento, irracionalidades económicas e desperdícios.

Outra matéria ainda de reflexão refere-se à estratégia africana necessária para resolver autonomamente os seus próprios problemas, em especial quanto às condições oferecidas ao investimento directo estrangeiro e à questão, prioritária, da Integração Regional. A este propósito sublinha-se que muitos aspectos da actividade produtiva no Sul são mal conhecidos ou pouco tomados em consideração, apesar de revelarem capacidades empresariais e de constituírem formas de intervenção geradora de riqueza ou de dinâmicas favoráveis ao crescimento das economias nacionais, como é o caso do sector informal, económico e mesmo financeiro³⁴.

³³ Cf. J.J. Gabas (1988), *L'Aide contre le Développement?*, Paris, Economica; Peter Bauer (1984), *Reality and Rhetoric - Studies in the Economics of Development*, London, Weidenfeld and Nicolson, pp. 38-62; Peter Bauer (1991), *The Development Frontier - Essays in Applied Economics*, London, Harvester, pp. 38-55.

³⁴ Ver, por exemplo: D. Adams et D. Fitchett (1994), *Finance Informelle dans les Pays en Développement*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.

A construção do sistema económico mundial neste final do século já não se compadece com estratégias ilusórias, que repousam, em última análise, sobre uma visão linear, tecnicista e pobre, do desenvolvimento. A mudança põe em relevo a complexidade sistémica e esta mostra que já não é possível pensar por etapas (primeiro o desenvolvimento nacional e depois a inserção no internacional, por exemplo). A velha lógica sectorial encontra-se igualmente destroçada por uma nova lógica de redes onde o que era exclusivo de um sector económico se dilui agora, de maneira dificilmente classificável, em todos os níveis de actividade (biotecnologias, engenharia genética ou ciências do ambiente por exemplo).

Mesmo para produzir ou exportar bens alimentares tradicionais nenhum país, se quer acompanhar o progresso, pode escapar às cada vez mais rápidas mutações da ciência e da técnica.

A urgência das medidas a tomar não oferece dúvidas. Mas apesar das dificuldades não se vêem razões definitivas para os políticos e técnicos africanos se refugiarem no desalento...

Por outro lado, é evidente que as mudanças que tiveram lugar na Europa durante os últimos anos, vieram alterar profundamente o cenário do hemisfério norte.

A nova Europa vai ou não alterar a cooperação com os países em desenvolvimento (PED) do Sul, a começar pelo continente africano?

Uma coisa parece certa: a evolução do parceiro europeu não pode ser desligada do continente africano, nem sequer poderá ser neutra para esses Estados, não apenas por razões económicas, mas também políticas, se nos lembrarmos simplesmente que só na França e na Alemanha vivem mais de cinco milhões de muçulmanos...

O estreitamento dos laços euro-africanos é essencial para todos, o que não se ajusta nem com as tendências proteccionistas de uns nem com as tentações de ruptura integrista de outros. Mas é necessário delinear, quanto antes, estratégias comuns aos dois lados do Mediterrâneo.

Até agora o mais importante instrumento de cooperação da Europa tem sido a Convenção de Lomé. Sejam quais forem as suas insuficiências e limites, as características *sui generis* da Convenção de Lomé dão-lhe um lugar especial na cooperação Norte-Sul: é um tratado de direito internacional, sem interferência portanto na soberania dos Estados e nas opções políticas e económicas destes; é

global, quer dizer cobre os mais diversos domínios da actividade económica e social; assenta na contratualidade, ou seja delimita um horizonte de previsibilidade e segurança durante um período determinado; tem uma abordagem dinâmica das situações (evolução e adaptação progressiva de Lomé I a Lomé IV, tanto do ponto de vista financeiro como nas áreas abrangidas).

O protocolo financeiro de Lomé IV registou, em relação à anterior convenção de Lomé III, um crescimento de 40 por cento (a preços correntes) e de 20 por cento (a preços constantes). Esforço razoável mas, aos olhos dos países africanos, muito insuficientes se comparado com o que seria necessário e, especialmente, com o auxílio que tem vindo a ser proporcionado aos países ex-socialistas do leste europeu. Esse apoio da CE não evitou a crise em que a África se encontra mergulhada.

Um dos sintomas é o conhecido problema da dívida externa. A dívida africana (211 mil milhões de dólares em 1994) é bastante menor do que a da América Latina (547 mil milhões) ou da Ásia oriental (415 mil milhões, igualmente em 1994). Mas se estabelecermos a relação entre o montante da dívida e a riqueza nacional criada, os resultados são mais preocupantes. Para dar um exemplo, em 1985, quando um habitante da Guiné-Bissau produzia 100 unidades monetárias (um.) estava, ao mesmo tempo endividado de 159 um. em relação ao exterior. A situação noutros países era ainda pior.

Para além da Convenção de Lomé, o relacionamento entre a Europa e a África nos próximos anos será influenciado pela conjugação de diferentes factores: o Acto Único e o contexto novo que começou a fazer-se sentir a partir de 1993; as novas orientações mundiais delineadas pela conclusão das negociações do Uruguay Round e a constituição da Organização Mundial do Comércio; a aplicação do Sistema Geral de Preferências; a consolidação da via democrática na África do Sul e a sua influência sobre toda a África Austral, etc.

As legítimas preocupações dos africanos não devem no entanto fazer esquecer as potencialidades da cooperação euroafricana.

Efectivamente, se os perigos de subalternização da cooperação com África não devem ser ignorados, o Mercado Único europeu pode, por outro lado, apresentar igualmente vantagens para os ACP se estes forem capazes de as aproveitar, como observou M. Besisira, membro do Secretariado dos ACP. Entre elas. efeitos de criação de comércio e de políticas macroeconómicas mais estáveis

nos ACP; alargamento da Zona Franco a outros países africanos transformando-a numa "zona ECU" euroafricana; melhoria do acesso dos produtos ACP ao mercado europeu, pela redução dos custos de informação (um mercado único homogeneizado em vez de 15 mercados heterogéneos); impossibilidade crescente de Estados europeus aplicarem medidas unilaterais em relação à África, diminuição dos custos no mercado europeu, beneficiando os importadores africanos, etc.

Tanto a Europa (pela criação do Banco Europeu da Reconstrução e Desenvolvimento - BERD) como o Japão e os Estados Unidos (pelos investimentos e empréstimos que concedem directamente) estão interessados na transição pacífica para a economia de mercado a Leste e a Sul.

Mas, como os recursos dos países industrializados não são obviamente ilimitados, a repartição da ajuda terá que ser arduamente negociada, quer económica quer politicamente por todos os parceiros em presença.

A dificuldade será tanto maior quanto os países da Europa de Leste dispõem, para atrair os investimentos estrangeiros, de vantagens comparativas evidentes em relação ao continente africano: mão-de-obra qualificada, recursos naturais, "cultura industrial", infraestruturas razoáveis, proximidade geográfica, etc.

Que medidas os países africanos deverão tomar a curto prazo para resolver, "internamente" (no quadro nacional ou regional), as dificuldades económicas com que se defrontam?

Dois dos grandes problemas africanos da hora actual são o declínio do investimento directo estrangeiro e a inexistência de integração regional.

É preocupante a retirada de empresas e capitais estrangeiros da África, em diminuição constante desde 1985. Os fluxos de capitais franceses que eram, de + 0,3 mil milhões de francos em 1985, passaram, em 1987, para -3,3 mil milhões. Esta situação resulta dos efeitos conjugados da crescente dívida externa africana, da diminuição dos preços das matérias primas, da queda dos contratos de equipamento e do quase desaparecimento de mercados regionais solváveis. Tudo isto para além do fracasso das estratégias de industrialização, adoptadas desde as independências, e das controversas políticas económicas, onde o abandono do sector agrícola é um dos elementos importantes, como muitos autores já o demonstraram e o próprio Plano de Lagos o reconheceu oportunamente.

O movimento de desinvestimento em África é generalizado.

A promulgação de códigos de investimentos extremamente favoráveis ao investimento directo estrangeiro (IDE) em África, pretende reagir contra este estado de coisas. Mas, no contexto actual, tais medidas, embora positivas, estão longe de serem suficientes.

E conveniente relembrar que, se nos anos 1960 cerca de 5 por cento dos IDE se dirigiam para o continente africano, actualmente esse montante é de 2,2 por cento, como refere há poucos anos Felix Mosha³⁵. Por outro lado, se em 1980, a África recebia 19,3 por cento do IDE destinado ao conjunto dos países em desenvolvimento, em 1989 essa percentagem já tinha descido para 12,9 por cento e ela poderá declinar ainda mais acentuadamente nos próximos anos.

Do mesmo modo, apesar das inegáveis potencialidades africanas em riquezas minerais, a verdade é que apenas 6 por cento do valor do investimento total no sector dos minérios está concentrado em África.

Ora a Convenção de Lomé não poderá assegurar, por si só, como já assinalámos, a inversão dos fluxos do Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

A curto e médio prazos pelo menos, os IDE continuarão provavelmente a dirigir-se preferencialmente para a CEE e para os EUA. Deve-se notar até que os países europeus beneficiam mesmo de certos investimentos provenientes do Sul (como é o caso dos investimentos do Brasil em Portugal e da Índia no Reino Unido). Não oferece dúvidas que iremos assistir a um ainda maior incremento dos fluxos de IDE (com origem essencialmente em certos países asiáticos e latino-americanos) na direcção Sul-Norte, em prejuízo dos fluxos Norte-Sul ou Sul-Sul (Felix Mosha, op. cit).

Numa palavra, a orientação dos IDE, no panorama económico mundial da actualidade, está longe de ser favorável aos países africanos.

Este declínio dos IDE em África explica-se por várias razões:

- carácter tardio das decisões legislativas e políticas tomadas em matéria de investimento estrangeiro (tardio em relação à Ásia e à América Latina);

- condições mais favoráveis oferecidas aos IDE por outras regiões. É que não se trata apenas, nem essencialmente, de incentivos financeiros, mas também de eficácia das máquinas administrativas, de capacidade de enquadramento das organizações técnicas, de disponibilidade nacional em recursos humanos

³⁵ Felix Mosha (1991), "Prospects for Foreign Direct Investment" *Africa Forum* (London), I, 1.

qualificados, de desburocratização, de referenciais legislativos precisos e fiáveis, de estabilidade política e de liderança coerente, de imagem política internacional minimamente aceitável, etc.

Assim, a correlação entre o contexto macroeconómico e o funcionamento da microeconomia (ao nível das empresas), permitida pela estabilidade política e por estratégias económicas claras, é muito mais evidente noutros continentes do que na quase totalidade dos países africanos. Estes têm dado grande importância à macroeconomia, sem cuidar suficientemente da microeconomia e, sobretudo, da articulação entre os parâmetros de uma e de outra.

Por outras palavras, não basta preocupar-se com o investimento estrangeiro (naturalmente essencial), se, ao mesmo tempo, não forem criadas condições para formar e apoiar uma numerosa classe de empresários africanos. Isso passa pela reforma dos sistemas de crédito interno às pequenas e médias empresas e por incentivos à constituição de joint-ventures entre as empresas africanas e empresas estrangeiras.

Com efeito, se é indispensável proceder à privatização da economia e prosseguir o esforço, ainda nos seus primórdios, de desintervenção do Estado em muitos sectores de actividade, se essa desintervenção não for acompanhada pelo aparecimento de uma classe empresarial autóctone, capaz de orientar, com dinamismo e rigor, o funcionamento das unidades produtivas, quem assegurará o controlo das economias e dos recursos africanos?

E oportuno assinalar que em parte alguma se consolidou um processo de desenvolvimento nacional (o Japão é um exemplo paradigmático) sem a existência de um tecido empresarial próprio (nacional).

A segunda questão que, quanto a nós, é central, é a da *integração regional*. Evidente que o esforço de integração regional africana é uma condição *sine qua non* para assegurar uma posição à África no próximo século. O IDE não tem condições de rendibilidade nos mercados nacionais limitados da quase totalidade dos países africanos.

CONCLUSÕES

Por muitas que sejam as razões que fundamentam o pessimismo sobre o futuro do Sul, este deve ser combatido. A África tem 30 anos de experiência de independência, não 3 séculos. E nessa perspectiva que devem ser equacionadas as circunstâncias e os seus resultados.

Nada permite deduzir que a África não poderá colmatar, mais ou menos rapidamente, rupturas e atrasos. A característica fundamental do nosso tempo é a "abolição" do espaço e do tempo em virtude dos progressos científicos e tecnológicos. As nações podem dar saltos qualitativos numa ou em duas gerações como nunca o conseguiram fazer outrora, durante séculos. Essa vantagem encerra também perigos, porque se os povos beneficiam desse progresso, estão também submetidos a ritmos de mutação acelerada (exactamente o inverso do "rito iniciático tradicional"), e essa "aceleração" não deixa de introduzir disfunções que podem ser graves.

Isso significa também que a África dispõe de muito pouco tempo diante de si, porque o tempo, precisamente, se mede hoje de outra maneira.

A Europa deverá desempenhar um papel chave na "reconversão" da África à modernidade.

Ambos terão necessariamente que assumir esse "*partnership*" como sendo do seu interesse vital, via que supõe a cooperação e não o afrontamento.

De imediato, no terreno da acção concreta, parece-nos evidente que a questão central do processo de desenvolvimento é a integração regional Sul-Sul, e nesta, a procura de complementaridades económicas e monetárias. Ao mesmo tempo, o continente terá que consagrar à formação dos seus recursos humanos uma parte considerável dos seus esforços, especialmente à preparação de modernos empresários privados nacionais. Sem estes, e sem a formação de joint-ventures realmente operacionais, a captação de investimento directo estrangeiro terá um alcance imediatista, provisório e artificial, gerador de frustrações e de futuros conflitos.

O alargamento da Europa não é impeditivo de um aprofundamento da cooperação com África, desde que, naturalmente, se encontrem novas formas de cooperação. E pouco provável que Lomé responda, pelo menos nos moldes actuais, às necessidades do próximo século nesta área, sejam quais forem os recursos

financeiros de que venha a dispor. Mas é verosímil que o alargamento a todo o continente de um sistema monetário africano ligado ao ECU, conjugado com uma profunda reforma económica e uma efectiva integração regional desempenhem um papel decisivo no arranque no desenvolvimento africano. O elemento determinante será a vontade política de europeus e africanos. Só assim será possível uma verdadeira integração *euro-africana* que só perdurará se for solidária e assentar na co-responsabilidade.